

Fontes com múltiplas perspectivas interpretadas por alunos em provas de exame final de história*

*Helena Veríssimo***

Resumo. O estudo aqui apresentado pretende ser um contributo para a reflexão sobre a forma como os alunos do 12º ano interpretam fontes em História e como, a partir dessa interpretação, que poderá / deverá incluir a consideração de mensagens multiperspectivadas, criam uma determinada visão do passado que contribua para a formação de uma consciência histórica avançada. Neste estudo qualitativo com análise indutiva dos dados, procedeu-se à construção progressiva de um modelo conceptual sobre a forma como alunos do 12º ano, que prestaram ou têm de prestar provas num exame nacional, realizam inferências históricas a partir de fontes com mensagens diversificadas. Os instrumentos incidiram essencialmente em questões sobre fontes utilizadas em provas de exame. Da análise dos dados percebeu-se que, da forma como os alunos fazem uso da evidência decorre, muitas vezes, a maior ou menor consistência da visão que apresentam do passado. Daí a necessidade de se refletir sobre as implicações epistemológicas de, no ensino e aprendizagem da História, se procurar cruzar o domínio da evidência com o domínio da empatia histórica.

Palavras-chave: Evidência em História; Exame Nacional de História; Interpretação de fontes; Empatia histórica; Consciência histórica.

Sources with multiple perspectives interpreted by students in the final history exam

Abstract. Current analysis is a contribution on the manner 12th year students interpret History sources and how, as from this interpretation which should include multi-perspective messages, they establish a specific idea of the past that would contribute towards a more advanced historical awareness. The qualitative study involving the inductive analysis of data provided the

* Artigo recebido em 07/01/2015. Aprovado em 05/02/2015.

** Pesquisadora do CIED, Universidade do Minho, Braga, Portugal. E-mail: helenaver@netcabo.pt

progressive construction of a conceptual model on the form that 12th year students who sat or were about to sit for a national exam, prepare historical inferences from sources with diversified messages. The instruments dealt essentially with issues on sources used in exams. Data showed that evidence is more or less the result of their idea of the past. Reflections are thus needed on epistemological implications in the teaching and learning of History to criss-cross the dominion of evidence with the dominion of historical empathy.

Keywords: Evidence in History; National Exam in History; Interpretation of sources; Historical empathy; Historical conscience.

Fuentes con múltiples perspectivas interpretadas por alumnos en las pruebas de examen final de Historia

Resumen. El estudio presentado aquí pretende ser una contribución para reflexionar sobre la forma en que los alumnos de 12^o año interpretan las fuentes históricas y, a partir de dicha interpretación, que podrá/deberá incluir la consideración de mensajes de múltiples perspectivas, cómo se crea una determinada visión del pasado que contribuya a la formación de una conciencia histórica avanzada. Para este estudio cualitativo con análisis inductivo de los datos, se procedió a la construcción progresiva de un modelo conceptual sobre la forma en que los alumnos de 12^o año, que ya hicieron o deberán hacer pruebas en un examen nacional, realizan interferencias históricas a partir de fuentes con mensajes diversos. Los instrumentos incidieron en cuestiones vinculadas a las fuentes utilizadas en las pruebas. Del análisis de los datos se notó que, del modo en que los alumnos hacen uso de la evidencia, se deriva, muchas veces, la mayor o menor consistencia en la forma de ver el pasado. Por ello, surge la necesidad de reflexionar sobre las implicaciones epistemológicas, tanto en la enseñanza como en el aprendizaje de Historia, de tratar de cruzar el dominio de la evidencia con el dominio de la empatía histórica.

Palabras Clave: Evidencia en Historia; Examen Nacional de Historia; Interpretación de fuentes; Empatía histórica; Conciencia histórica.

Introdução

O presente estudo entronca numa vasta discussão teórica que se tem produzido nos últimos anos acerca da *evidência histórica* e da sua importância para o ensino da História.

Segundo Collingwood (1972), o método histórico consiste na interpretação da evidência¹ contida nas fontes que o historiador interroga, pelo que é obrigado a fazer inferências. A História implica interpretação, diálogo ininterrupto entre passado e presente Carr (1981). Quando pensamos no passado, temos as nossas próprias concepções, atitudes e questões, que são diferentes das daqueles que viveram no passado.

Van Der Dussen (1991) distingue três tipos de inferência: dedutiva, indutiva e hipotética. Esta última, que Peirce denomina ‘adutiva’ (VAN DER DUSSEN, 1991; BARCA, 2000), diz respeito àquilo que não observámos e provavelmente nunca poderemos observar.

Rogers (1978) advertiu para que, apesar da importância dada à utilização crítica das fontes através do questionamento dos testemunhos e das posições dos autores, a maioria dos jovens tem uma enorme tendência para considerar a informação como um adquirido, apelando à autoridade científica para conhecer o passado. Por isso, aprender a pensar historicamente passa por entender que a evidência pode ser utilizada de maneiras diferentes para interpretar e reconstruir o passado. Interesses subjetivos, influências culturais, significância em termos geracionais podem suscitar olhares e interpretações diferentes, o que nos remete para o conceito de multiperspetiva.

O processo de interpretação do significado das fontes de uma forma historicamente apropriada é fundamental para a construção do conhecimento a partir de fontes históricas. Para isso, é importante encorajar

¹Na edição portuguesa é utilizada a denominação “prova”, aqui traduzida por “evidência”.

os alunos a considerarem hipóteses, de forma a estabelecerem os sentidos interpretativos mais aproximados. Esta operação, que envolve inferência, requer um pensamento complexo no qual deve ser considerado o contexto específico do período em estudo, de forma a estabelecer uma interpretação plausível. Mas deve ainda ser considerada a importância da compreensão empática, ou seja, o conhecimento contextual das perspectivas das pessoas do passado, quando pretendemos mostrar que o que fizeram no passado tem sentido à luz das suas ideias e concepções do mundo (LEE, 2003). Para além do conhecimento de que os agentes históricos tinham determinadas perspectivas acerca do seu mundo, os alunos devem ser capazes de perceber de que forma essas perspectivas, em dadas circunstâncias históricas, afetaram as suas ações.

O estudo empírico aqui realizado vai no sentido de tentar perceber como os alunos do 12º ano usam a evidência com base na(s) fonte(s) apresentada(s) e à luz da visão do mundo de quem a(s) produziu. Propõe-se, pois, um duplo exercício de interpretação da evidência e de compreensão dos seres humanos no seu tempo.

1 O estudo

Partindo da questão de investigação: *Como é que as ideias dos alunos do 12º ano acerca da evidência histórica se podem refletir nos exames de História do 12º ano?*, procedemos ao diagnóstico analítico das ideias dos alunos do 12º ano de História A acerca da evidência histórica, para sabermos:

- Que níveis de interpretação da evidência histórica atingem os alunos do 12º ano, perante questões colocadas em provas de exame nacional;
- Que visões do passado decorrem da forma como os alunos interpretam a evidência histórica.

1.1 Amostra participante

A amostra participante no estudo compreendeu 169 alunos de 10 escolas do país, das quais 2 do ensino privado, e as 8 restantes do ensino público. Destas escolas, 6 situam-se na região da Grande Lisboa, 3 no sul do país e 1 na região do Grande Porto. De entre o total dos alunos participantes (169), todos com idades compreendidas entre os 17 e os 20 anos, 117 são raparigas e 52 são rapazes. Quanto às classificações obtidas pelos alunos participantes, no 1º período letivo do ano em que foram inquiridos, verifica-se que a maioria se situa em médias que variam entre 13-15 valores (59 alunos) e 10-12 valores (55 alunos).

1.2 Instrumentos

O instrumento central que serviu de base ao estudo é uma questão colocada a uma fonte (fonte 1) apresentada na 1ª fase do exame nacional de 2007 de História A.² A fonte é uma Proclamação de Humberto Delgado, general do exército português que, em 1958, concorreu às eleições para a Presidência da República, em oposição ao Estado Novo de Salazar exigindo, no seu manifesto eleitoral, a democratização do regime. No entanto, nessa mesma proclamação, Humberto Delgado defende, relativamente à questão colonial, posições idênticas às do Estado Novo. Nesse sentido, e à luz das atuais conceções de democracia, podemos colocar a hipótese de que existe, na fonte produzida por Humberto Delgado, uma visão multiperspetivada face ao regime: por um lado a defesa de um regime democrático, por outro a defesa da manutenção dos territórios coloniais.

A questão colocada na prova de exame foi a seguinte:

² Disponível em: http://bi.gave.minedu.pt/exames/download/historia623_pef1_07.pdf?id=732.
Acessado: 10 mar. 2012.

– *Demonstre, com base no documento, a existência de concordâncias entre o Autor e o regime, relativamente à questão colonial portuguesa.*

Denominámos este primeiro instrumento Prova A (Anexo 1). A par desta prova, aplicámos uma Prova B (Anexo 2) com a mesma pergunta, partindo da mesma fonte e de uma fonte extra (fonte 2) que, embora seja um excerto de um livro de memórias, da autoria de António de Almeida Santos, fornece alguns elementos que permitem contextualizar o que parece ser, pelo menos segundo o seu autor, a perspetiva mais comum em Portugal, na época da candidatura de Humberto Delgado, relativamente à questão colonial, ou seja, *o dogma da Pátria una e pluricontinental*.

Pretendia-se, com a utilização desta fonte, que os alunos compreendessem que Humberto Delgado, mesmo sendo opositor ao regime de Salazar, poderia comungar da perspetiva da *“maioria do povo português”*, segundo Almeida Santos, relativamente à questão colonial (embora se possa colocar também como hipótese de que a sua concordância com a política colonial, nesta Proclamação, fosse meramente tática).

À prova A responderam 66 alunos e à prova B responderam 65 alunos, num total de 131 alunos. Estes dados foram recolhidos no 2º período do ano letivo de 2010-2011.

Na questão colocada no exame é pedida aos alunos uma simples operação de demonstração, através da identificação e reprodução de excertos da fonte, de uma conclusão já afirmada pela própria questão: a de que existia concordância entre o autor da fonte e o regime de Salazar relativamente à questão colonial. Quer isto dizer que a interpretação que é pedida praticamente se restringe ao domínio da língua portuguesa.

Considerámos, então, que, para apelar à compreensão histórica, na sua vertente temporal e contextual, a formulação da questão deveria remeter para um outro nível de interpretação – a interpretação das razões que levavam Humberto Delgado, naquele momento e naquele contexto histórico, a defender a manutenção dos “territórios portugueses espalhados por quatro continentes”. Por isso, após a recolha dos dados dos 131 alunos que responderam às provas A e B aplicou-se, no 2º período do ano letivo de 2011-2012, uma Prova C (Anexo 3), a que responderam 38 alunos, utilizando-se a fonte 1, mas alterando-se a formulação da pergunta, que passou a ser:

- *Explique, com base na fonte, a existência de concordâncias entre o autor da fonte 1 e o regime relativamente à questão colonial portuguesa.*
- Procurávamos saber se os alunos atentariam na operação pedida, ou seja, uma explicação dos motivos, conscientes ou inconscientes, que poderiam, por hipótese, estar na base desta aparente dupla perspectiva de Humberto Delgado. O que se pedia era que os alunos fizessem um exercício de inferência adutiva, a partir da fonte, colocando hipóteses explicativas, para se aproximarem de níveis mais elevados de compreensão empática.

1.3 Análise dos dados

De acordo com os princípios da *Grounded Theory* (STRAUSS; CORBIN, 1991), na qual baseámos a metodologia do estudo, após uma primeira codificação aberta, foi-se construindo um quadro conceptual para a análise dos dados (Quadro 1), que permitiu definir os seguintes níveis dentro de duas dimensões: Uso de fontes, no domínio da Evidência; Visão do passado, no domínio da Compreensão Empática.

Quadro 1 – Domínios, dimensões e categorias provisórias de análise das respostas dos alunos

Domínios	Dimensões	Categorias	Subcategorias
Evidência	Uso de fontes	Não usa	Indutivo Aduativo
		Informativo	
		Cópia e cola	
		Descritivo	
		Inferencial	
Compreensão Empática	Visão do passado	Fragmentos / Anacronismo	Contexto mínimo Contexto multiperspetivado
		Passado fixo	
		Presentismo /Estereótipos	
		Orientação temporal	

Os dados foram analisados e categorizados atendendo às duas dimensões, alimentando indutivamente as categorias e/ou subcategorias em cada uma delas, de forma a permitir a perceção dos níveis de progressão histórica manifestado pelos alunos.

Baseámo-nos no paradigma de progressão das ideias dos alunos em História (ASHBY; LEE,1987a;b; BARCA, 2000; ASHBY, 2003; LEE 2003) para procedermos a uma categorização que teve em conta os níveis de progressão das ideias dos alunos, ou seja, “*uma categorização por níveis lógicos de ideias*” (BARCA, 2000, p. 30). Esta progressão corresponde a ideias cada vez mais poderosas e sofisticadas do ponto de vista histórico, quer ao nível do uso das fontes, quer ao nível de uma compreensão empática contextualizada e multiperspetivada.

1.4 Evidência: uso de fontes

De acordo com o que é apresentado no Quadro 2, constatou-se que o uso que os alunos fazem das fontes permite estabelecer seis níveis de progressão neste domínio:

Nível 1: *Não usa.* O aluno faz referências a acontecimentos relacionados com o período a que se refere(m) a(s) fonte(s) sem, no entanto, recorrer à informação nela(s) contida.

Nível 2: *Informativo.* A(s) fonte é (são) utilizada(s) como se fornecesse(m) um relato fixo e acabado sobre o passado, sem contextualização nem explicação.

Nível 3: *Cópia e cola.* O aluno copia várias informações das fontes sem as articular entre si, procurando resolver a aparente contradição do autor através de elementos contextualizadores não organizados temporalmente.

Nível 4: *Descritivo.* A(s) fonte(s) é (são) transcrita(s) ou parafraseada(s), podendo assumir um carácter explicativo restrito.

Nível 5: *Inferencial indutivo.* A(s) fonte(s) é (são) interpretada(s) e usada(s) como evidência para argumentar ou explicar uma determinada situação.

Nível 6: *Inferencial adutivo.* Os alunos constroem hipóteses explicativas baseando-se na evidência, ou seja, fazem suposições sobre os pensamentos e os valores em que radicam as ações dos homens no passado.

1.5 Compreensão empática - Visões do passado

O grau de sofisticação manifestado pelos alunos neste domínio, de compreensão empática do passado e de orientação temporal, ou seja, das visões que apresentam sobre os agentes históricos, seus contextos e perspectivas, corresponde a cinco níveis de progressão, de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: *Fragmentos/Anacronismo.* O passado é visto como um conjunto de situações justapostas, muitas vezes contextualizadas de

forma não válida historicamente, sem que se estabeleçam conexões temporais ou interações entre elas, ou revelando confusões na diacronia.

Nível 2: *Passado fixo.* O passado é mecanicamente aceite, sem ser questionado, explicado ou contextualizado, ou visto de forma rígida e explicado através de ideias de senso comum.

Nível 3: *Presentismo/Estereótipos.* Os alunos analisam as ações das pessoas do passado de forma estereotipada, como se elas pensassem e agissem como nós, no presente (por exemplo, alguém que defende a democracia tem necessariamente que ser anticolonialista).

Nível 4: *Orientação temporal num contexto mínimo.* As pessoas do passado podem ter valores diferentes dos nossos, pelo que a sua visão do mundo poderá ser diferente da nossa, mas faz sentido no contexto temporal em que se situa.

Nível 5: *Orientação temporal multiperspetivada.* As ações ou pensamentos do passado, mesmo considerados menos plausíveis, à luz do presente, podem ser explicados com base em fontes multiperspetivadas, mesmo quando produzidas por um único agente histórico.

2 Resultados

Após análise qualitativa das respostas dos alunos, procedeu-se à distribuição de frequência de respostas por níveis de Evidência Histórica, no conjunto das 3 Provas, verificando-se que a maior incidência de respostas recai no nível em que as fontes são utilizadas com carácter meramente informativo (68), seguindo-se as respostas que utilizam as fontes através de um simples exercício de cópia e cola (47); um número ainda considerável de respostas usa as fontes de uma forma descritiva, fazendo já

uma tentativa, ainda que incipiente, de explicação com base nas fontes (28); alguns alunos não usam as fontes (15); poucos alunos usam as fontes como evidência (11, dos quais apenas 2 se situam no nível inferencial adutivo).

A distribuição de frequência de respostas por níveis de Compreensão Empática, ou seja, das visões que os alunos apresentam sobre o passado, no conjunto das 3 Provas, permitiu-nos constatar que, do total das respostas, as ideias dos alunos incidem sobretudo numa visão fragmentada e/ou anacrónica do passado, descontextualizada e sem nexos temporais (58), ou aceitam a informação da fonte sem a questionarem, nem apresentarem qualquer contexto explicativo, refletindo uma visão fixa do passado (52). No entanto, um número considerável de respostas demonstra o entendimento das possíveis diferenças entre as visões do mundo das pessoas do passado e as do presente (28); algumas respostas apresentam uma visão estereotipada do passado que, neste caso, é coincidente com uma explicação de carácter presentista, ou seja, encaram as ações das pessoas do passado à luz das conceções e dos valores do presente (22); um número menor de respostas manifesta uma orientação temporal num contexto multiperspetivado, ou seja, a compreensão de que uma mesma fonte pode apresentar mais do que uma perspetiva, se interpretada à luz do presente (9). Nenhuma das respostas se situa num hipotético nível 6, o que significa que a questão colonial, em 1958, não foi perspetivada num contexto das, à altura, recentes ideias mais avançadas do pós II Guerra Mundial, acerca da autodeterminação dos povos. Poderia considerar-se a perspetiva de que o processo de descolonizações está ainda em curso à data da década de 1950 e estas ideias, num país de regime autoritário, fortemente propagandístico e sem liberdade de informação, mesmo não tendo ainda penetrado na maioria dos opositores ao regime, poderiam ser demasiado inconvenientes para se exprimirem num ambiente de campanha eleitoral, em ditadura.

Preocupou-nos saber de que forma o uso que os alunos fazem das fontes se interliga com a sua compreensão empática do passado. A partir da conjugação dos níveis obtidos por cada aluno em cada uma das dimensões, pudemos estabelecer os seguintes perfis concetuais que, no plano da avaliação, poderão ser usados como indicadores de desempenho (Quadro 2):

Quadro 2 - Perfis concetuais, globais, dos alunos participantes³.

Perfil	Descrição do perfil	Total
1.1.	não usa a fonte e evidencia uma visão anacrónica e fragmentada do passado	10
1.3.	não usa a fonte, recorre a estereótipos, interpretando o passado à luz do presente	3
1.4.	apesar de não usar a fonte, apresenta uma visão minimamente contextualizada do passado	1
2.1.	usa a fonte com carácter meramente informativo, apresentando uma visão fragmentada e anacrónica do passado	8
2.2.	usa a fonte com carácter meramente informativo, tendo uma visão fixa do passado	51
2.3.	usa a fonte com carácter informativo e vê o passado estereotipado, à luz do presente	10
3.1.	faz exercício de cópia e cola e tem uma visão fragmentada e anacrónica do passado	40
3.3.	faz exercício de cópia e cola e vê o passado estereotipado, à luz do presente	7
4.2.	usa a fonte de forma descritiva, com uma visão de passado fixo	1
4.3.	faz um uso descritivo da fonte, apresentando uma visão presentista e estereotipada do passado	2
4.4.	faz uso descritivo da fonte e revela uma orientação temporal num contexto mínimo	23
4.5.	faz uso descritivo da fonte, tendo uma orientação temporal num contexto multiperspetivo	2
5.4.	faz inferências de tipo indutivo, apresentando uma orientação temporal em contexto mínimo	4
5.5.	faz inferências de tipo indutivo, apresentando uma orientação temporal multiperspetiva	5
6.5.	faz inferências de tipo adutivo, apresentando uma orientação temporal multiperspetiva	2

³ Na primeira coluna do Quadro, o primeiro algarismo refere-se ao nível concetual respeitante à dimensão do uso da fonte, enquanto o segundo diz respeito ao nível concetual relativo à visão do passado que o aluno apresenta. A segunda coluna descreve o perfil resultante do cruzamento dos níveis concetuais atrás referidos, enquanto a terceira indica o total das respostas correspondentes a cada um dos perfis encontrados. A negrito estão indicados os perfis mais frequentes.

Apresentamos exemplos dos perfis mais frequentes:

Perfil 2.2. O aluno usa a fonte com caráter meramente informativo, ou seja, extrai dela uma informação que não contextualiza, não explica nem questiona, apresentando uma visão fixa do passado:

Nelson: Tanto o autor como o regime defendiam a integridade do Estado e a manutenção das colónias, como se refere no ponto 3 “defender e prestigiar a todo o transe os direitos da nossa soberania.

Perfil 3.1. A aluna faz um exercício de cópia e cola e tem uma visão fragmentada e anacrónica do passado. Vai buscar às fontes informações que não articula entre si, pelo que a sua visão do passado se restringe a fragmentos avulsos, sem contextualização nem organização temporal:

Beatriz: A fonte 1: “A todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar”, proclamação do General Humberto Delgado, datada de maio de 1958, é um documento historiográfico, na medida em que relata o discurso do General acerca da questão do Estado Novo.

A fonte 2: “Quase Memórias – do Colonialismo e da Descolonização”, de António de Almeida Santos, datada de 2006, relata as memórias do colonialismo e da situação de Portugal, sendo um relato histórico.

Analisando as duas fontes, é possível detetar um contraste relativamente à concordância com o regime da época (Estado Novo e, mais precisamente, à questão das colónias portuguesas. Na fonte 1, o General Humberto Delgado não mostra concordância com as decisões de Salazar e a sua política, pretendendo adotar a democracia, mantendo a fidelidade com as colónias: “manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de

potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável (...)”.

Na fonte 2 fala-se do apoio que Salazar teve, até de “alguns dos mais consagrados adversários políticos (...)”. Esta citação não se refere, claramente, ao General Humberto Delgado, pois a censura não deixava com que os opositores expressassem as suas discórdias.

Perfil 4.4. A alunafaz uso descritivo da fonte e revela uma orientação temporal num contexto mínimo. Procura explicar e contextualizar a posição de Humberto Delgado face à questão colonial, através do cruzamento das duas fontes de que dispõe, baseando-se no ponto de vista do autor da fonte 2 acerca do apoio da oposição democrática à continuidade da política colonial portuguesa:

Maria: A fonte 2 explicita a reação do povo português face à possibilidade de guerra nas colónias aquando da voz de comando de Salazar “rapidamente e em força para Angola”, ou seja, uma reação de apoio, em muito devido ao dogma do governo de que Portugal e as suas colónias são mutuamente inerentes; apoio este partilhado até por membros consagrados da sua oposição política.

É possível confirmar esta afirmação lendo a fonte 1, na qual Humberto Delgado, apesar de apontar várias falhas ao Governo, o exagerado uso da força e o desrespeito pelos direitos humanos, no fim da sua declaração refere-se às colónias como “um direito internacional de potência ocidental” que apesar de geograficamente disperso é “política e moralmente unido e indissociável”.

Apresentamos, ainda, uma resposta categorizada no perfil que apresenta os níveis de uso das fontes e de visão do passado mais sofisticados.

Perfil 6.5. A aluna faz inferências de carácter adutivo, a partir da fonte, quando coloca como hipótese explicativa para o facto de Humberto Delgado ter muitos apoios na sua defesa da política colonial, apresentando uma orientação temporal multiperspetivada, quando compreende que, neste contexto, Delgado pode defender ideais democráticos sem deixar de ser um conservador. Note-se que esta aluna responde à prova A, pelo que só tem acesso à fonte 1, ou seja, o discurso de Humberto Delgado:

Carolina: Humberto Delgado apesar de ser um candidato que tem a sua campanha assente em ideais democráticos, defende a política colonial, e é devido a este facto que tem muitos apoios, quer de democratas, liberais, católicos, e até mesmo da oposição inteira.

Como podemos verificar no documento com a seguinte afirmação: “temos de defender em territórios portugueses espalhados por quatro continentes, não podem nem devem ser perturbados por mudanças bruscas e violentas de regime ou de política”.

Humberto Delgado concorda, sim, com o regime, no que toca à questão colonial, este afirma que esta política deve continuar e que não se devem fazer grandes mudanças, pois isso só iria contribuir para uma destabilização. O general mostra-se, desse modo, conservador.

Este, na ordem externa, acentua o artigo 1º em que diz que se deve “manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável”. Este é um dos princípios, segundo o general, que integra a sua propaganda política.

3 Reflexão sobre os resultados do estudo

Se analisarmos as respostas dos alunos na perspectiva dos critérios de correção da prova de exame, verificamos que a maioria responde adequadamente. Quase todos afirmam haver concordância entre o autor da fonte e o regime relativamente à questão colonial e citam ou parafraseiam excertos da fonte que o demonstram. Muitos, no entanto, sentem necessidade, de alguma maneira, de encontrar diferenças de posição entre o regime e o candidato democrata, acrescentando elementos que não estão contidos na fonte – por exemplo, Humberto Delgado apoiava a tese federalista, propunha a concessão de uma autonomia progressiva aos territórios coloniais, não abdicava das colónias, mas adotava para elas um regime democrático.

Uma análise dos níveis de progressão dos alunos relativamente ao seu uso de fontes, sugere que:

- A maioria dos alunos não usa as fontes como evidência para a construção do conhecimento histórico. A fonte continua a servir, de um modo geral, para informar sobre um dado passado já conhecido nas suas linhas gerais, fornecendo um relato fixo e servindo apenas para retirar informações que a maior parte das vezes aparecem descontextualizadas e sem nexo temporal.
- Não surge uma associação positiva entre os níveis de progressão dos alunos sobre ideias de evidência e a classificação do 1º período, ou seja, a distribuição por níveis de progressão não se relaciona, ou até entra em contradição, com as classificações que os alunos obtiveram, o que denota que os critérios de classificação utilizados pelos professores não privilegiam operações relacionadas com o uso das fontes;

- facto de muitos alunos citarem ou parafrasearem as fontes sem contextualizarem a informação por elas fornecida denota que a sua aprendizagem se faz maioritariamente em torno de factos avulsos, preterindo-se um quadro concetual de carácter contextualizador, fundamental na elaboração do conhecimento.

Quanto à visão do passado apresentada pelos alunos, pode concluir-se que:

- A visão do passado parece ter uma correspondência com a forma como a evidência é utilizada, porquanto os alunos que mostram os níveis menos elaborados no uso da fonte tendem a ser os que denotam um nível também menos elaborado relativamente à compreensão do passado;
- facto de uma das visões mais comuns do passado ser de tipo fragmentado ou anacrónico é indiciador da maior preocupação, por parte dos professores, de fornecerem aos alunos listagens de factos, ao invés de quadro globais de carácter contextualizador;
- Sendo a informação histórica baseada em factos, transmitidos como fixos e acabados, sem debate ou multiperspetiva, é natural que muitos alunos tenham esta visão do passado – é assim, porque o professor e/ou o manual dizem que é assim ou, na melhor das hipóteses, porque a fonte diz que é assim – sem que questionem os contextos e conjeturem consequências;
- A pouca profundidade de análise do tempo histórico, a dificuldade que os alunos revelam em estabelecer “empatia histórica” (compreensão das motivações que conduziram aos pensamentos e às ações dos homens do passado) é reveladora de uma forma fixa de encarar os acontecimentos do passado, sem que se compreendam os pensamentos e contextos culturais dos agentes históricos;

- Mesmo de entre os alunos que conseguem contextualizar a informação fornecida pelas fontes, apenas alguns o fazem de forma multiperspetivada, ou seja, compreendendo e problematizando o contexto mental no qual se movem os agentes históricos que apresentam contradições à luz da nossa visão presente mas que, à luz do seu tempo, poderão assumir outros contornos.

Considerações finais

Um nível básico de interpretação de fontes implica, por sua vez, um nível redutor de compreensão histórica e, em consequência, dificuldades numa orientação temporal historicizada, incluindo o saber lidar com a multiperspetiva. Ora, a utilização de fontes multiperspetivadas e a forma como estas são questionadas é de extrema importância sobretudo para a formação de pensamento histórico, e tal deve refletir-se na avaliação. Professores e responsáveis pela elaboração das provas devem ter em conta que avaliar o progresso dos alunos de uma forma genuinamente histórica, inclui o uso de fontes e a compreensão histórica quer dos conceitos substantivos, quer dos conceitos de segunda ordem da História.

A atual sociedade em que vivemos necessita de cidadãos que, perante a multiplicidade de informações e de opiniões com que se confrontam, sejam capazes de fazer escolhas e de emitir opiniões fundamentadas, que sejam possuidores de competências de adaptação à mudança e de capacidade de resposta aos múltiplos desafios que a vida lhes coloca, bem como de demonstrarem uma orientação temporal consistente, no contexto de um mundo global.

Referências

ASHBY, R. O conceito de evidência histórica: exigências curriculares e concepções dos alunos. In: BARCA, Isabel. (Org.). *Educação Histórica e Museus. Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica*. Braga: CIED, Universidade do Minho, 2003, p. 37-57.

ASHBY, R.; LEE, P. Discussing the evidence. *Teaching History*, v. 48, p. 13-17, 1987a.

ASHBY, R.; LEE, P. Children's concepts of empathy and understanding in History. In: PORTAL, C. (Ed.). *The History Curriculum for Teachers*. Londres: The Falmer Press, 1987b.

BARCA, Isabel. *O Pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia/Universidade do Minho, 2000.

Carr, E. H. *O que é a História?* Lisboa: Gradita, 1981.

Collingwood, R. G. *A Ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

LEE, P. Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé: compreensão das pessoas do passado. In: BARCA, Isabel. (Org.). *Educação Histórica e Museus*. Braga: CIED/Universidade do Minho, 2003, p. 19-36.

ROGERS, P. J. *The New History: theory into Practice*, Issue 44. London: The Historical Association, 1978.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Basics of qualitative research. Grounded theory, procedures and techniques*. Newsbury Park: Sage, 1991.

VAN DER DUSSEN. W. J. The historian and his Evidence. In: VAN DER DUSSEN, W. J.; RUBINOFF, L. *Objectivity, Method and Point of View. Essays in the Philosophy of History* Leiden: E. J. Brill, 1991, p. 154-169.

Anexo 1

PROVA A

Proclamação do General Humberto Delgado A todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar
(Maio de 1958)

Cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais antitotalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios sectores da Situação [...].

Se é perigoso para alguém candidatar-se e se os portugueses têm medo de votar ou não creem na validade do voto – graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal e imperioso é que se tomem medidas salvadoras. [...]

Creio estar no espírito de todos que as responsabilidades internacionais assumidas por Portugal, a sua presença nos organismos de carácter democrático e a unidade que temos de defender em territórios portugueses espalhados por quatro continentes, não podem nem devem ser perturbadas por mudanças bruscas e violentas de regime ou de política.

Como candidato independente proponho ao País, sem dúvida mal preparado para súbitas mudanças, a adopção progressiva e tão rápida quanto possível dos hábitos políticos correntes nos países democráticos. De resto, aderindo à ONU e ao Pacto do Atlântico, Portugal tomou o compromisso de reger-se por instituições democráticas, conforme o preâmbulo dos mesmos documentos. [...]

O abismo trágico só se constituirá se a Situação teimar em impedir que o Povo eleja livremente os seus representantes e decida por si os seus destinos.

Na dignidade e na seriedade das eleições [...] os soberanos direitos e anseios do Povo [...] exigem que o Poder se legitime e consagre por métodos análogos aos usados nas nações livres do Mundo [...].

Um poder que assente no uso imoderado da força e não no respeito dos direitos humanos desperta paixões e violências, que ao explodir tudo subvertem e nada constroem.

Programa mínimo

[...]

Na ordem interna

1.º – cumprir e fazer cumprir, sem esquivas e sem sofismas, na pureza do juramento a prestar, a actual Constituição Política da República, nomeadamente o art.º 8.º, que garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais [...];

2.º – garantir [...] que a Nação possa organizar-se politicamente em regime de pacífica convivência, eleger livremente os seus representantes e decidir dos seus destinos [...].

Na ordem externa

1.º – manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável; [...]

3.º – defender e prestigiar a todo o transe os direitos da nossa Soberania.

Responda à seguinte questão, tendo como base a informação fornecida pela fonte:

Demonstre, com base na fonte, a existência de concordâncias entre o autor e o regime relativamente à questão colonial portuguesa.

Anexo 2

PROVA B

Fonte 1 - Proclamação do General Humberto Delgado *A todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar* (Maio de 1958)

Cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais antitotalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios sectores da Situação [...].

Se é perigoso para alguém candidatar-se e se os portugueses têm medo de votar ou não crêem na validade do voto – graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal e imperioso é que se tomem medidas salvadoras. [...]

Creio estar no espírito de todos que as responsabilidades internacionais assumidas por Portugal, a sua presença nos organismos de carácter democrático e a unidade que temos de defender em territórios portugueses espalhados por quatro continentes, não podem nem devem ser perturbadas por mudanças bruscas e violentas de regime ou de política.

Como candidato independente proponho ao País, sem dúvida mal preparado para súbitas mudanças, a adopção progressiva e tão rápida quanto possível dos hábitos políticos correntes nos países democráticos. De resto, aderindo à ONU e ao Pacto do Atlântico, Portugal tomou o compromisso de reger-se por instituições democráticas, conforme o preâmbulo dos mesmos documentos. [...]

O abismo trágico só se constituirá se a Situação teimar em impedir que o Povo eleja livremente os seus representantes e decida por si os seus destinos.

Na dignidade e na seriedade das eleições [...] os soberanos direitos e anseios do Povo [...] exigem que o Poder se legitime e consagre por métodos análogos aos usados nas nações livres do Mundo [...].

Um poder que assente no uso imoderado da força e não no respeito dos direitos humanos desperta paixões e violências, que ao explodir tudo subvertem e nada constroem.

Programa mínimo

[...]

Na ordem interna

1.º – cumprir e fazer cumprir, sem esquivas e sem sofismas, na pureza do juramento a prestar, a actual Constituição Política da República, nomeadamente o art.º 8.º, que garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais [...];

2.º – garantir [...] que a Nação possa organizar-se politicamente em regime de pacífica convivência, eleger livremente os seus representantes e decidir dos seus destinos [...].

Na ordem externa

1.º – manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável; [...]

3.º – defender e prestigiar a todo o transe os direitos da nossa Soberania.

Fonte 2- Memórias sobre a derrocada do colonialismo e do isolamento internacional de Portugal

A opinião pública vivia, então [1949], sem um estremecimento de alma, o dogma da Pátria una e pluricontinental. Melhor dizendo do Império Colonial. [...].

Quando, em 1961, acabou o mito da *pax lusitana* nas colónias portuguesas, e Salazar proferiu a sua famosa voz de comando – *rapidamente e em força para Angola* – teve, nesse gesto consigo a maioria do povo português, sem excluir alguns dos mais consagrados adversários políticos. [...].

António de Almeida Santos, *Quase Memórias – Do colonialismo e da descolonização*, 1 volume, Lisboa, Casa das Letras, 2006 (adaptado).

Responda à seguinte questão, tendo como base a informação fornecida pelas fontes:

Demonstre, com base nas fontes, a existência de concordâncias entre o autor da fonte 1 e o regime relativamente à questão colonial portuguesa.

Anexo 3

PROVA C

Fonte 1 - Proclamação do General Humberto Delgado *A todos os Portugueses da Metrópole e do Ultramar* (Maio de 1958)

Cidadãos de todas as idades e de todas as correntes liberais antitotalitárias, não só da Oposição declarada, como também dos próprios sectores da Situação [...].

Se é perigoso para alguém candidatar-se e se os portugueses têm medo de votar ou não crêem na validade do voto – graves acontecimentos estão subvertendo o nosso querido Portugal e imperioso é que se tomem medidas salvadoras. [...]

Creio estar no espírito de todos que as responsabilidades internacionais assumidas por Portugal, a sua presença nos organismos de carácter democrático e a unidade que temos de defender em territórios portugueses espalhados por quatro continentes, não podem nem devem ser perturbadas por mudanças bruscas e violentas de regime ou de política.

Como candidato independente proponho ao País, sem dúvida mal preparado para súbitas mudanças, a adopção progressiva e tão rápida quanto possível dos hábitos políticos correntes nos países democráticos. De resto, aderindo à ONU e ao Pacto do Atlântico, Portugal tomou o compromisso de reger-se por instituições democráticas, conforme o preâmbulo dos mesmos documentos. [...]

O abismo trágico só se constituirá se a Situação teimar em impedir que o Povo eleja livremente os seus representantes e decida por si os seus destinos.

Na dignidade e na seriedade das eleições [...] os soberanos direitos e anseios do Povo [...] exigem que o Poder se legitime e consagre por métodos análogos aos usados nas nações livres do Mundo [...].

Um poder que assente no uso imoderado da força e não no respeito dos direitos humanos desperta paixões e violências, que ao explodir tudo subvertem e nada constroem.

Programa mínimo

[...]

Na ordem interna

1.º – cumprir e fazer cumprir, sem esquivas e sem sofismas, na pureza do juramento a prestar, a actual Constituição Política da República, nomeadamente o art.º 8.º, que garante a todos os cidadãos os direitos fundamentais [...];

2.º – garantir [...] que a Nação possa organizar-se politicamente em regime de pacífica convivência, eleger livremente os seus representantes e decidir dos seus destinos [...].

Na ordem externa

1.º – manter e consolidar os nossos compromissos e direitos internacionais de potência ocidental, geograficamente dispersa, mas política e moralmente unida e indissociável; [...]

3.º – defender e prestigiar a todo o transe os direitos da nossa Soberania.

Responda à seguinte questão, tendo como base a informação fornecida pela fonte:

Explique, com base na fonte, a existência de concordâncias entre o autor e o regime relativamente à questão colonial portuguesa.